



SUMÁRIO

1. Teoria Geral da Pessoa Natural	44
1.1 A Evolução dos Direitos Humanos	44
1.1.1 Noções elementares.....	44
1.1.2 Cronologia	47
1.2 Dignidade da Pessoa Humana	54
1.3 Pessoas	55
1.3.1 Conceito de Pessoa.....	55
1.3.2 Personalidade	57
1.3.3 Natureza da Pessoa	59
1.3.4 Espécies de Pessoa	62
1.4 Livre arbítrio e autodeterminação	63
1.5 Capacidade	69
1.5.1 Conceito	69
1.5.2 Capacidade de Direito	69
1.5.3 Capacidade de Exercício.....	70
1.5.3.1 Conceito.....	70
1.5.3.2 Natureza Jurídica	72
1.5.3.3 Teoria das Incapacidades.....	73
1.5.3.4 Espécies de Incapacidade.....	74
1.5.3.4.1 Introdução	74
1.5.3.4.2 Incapacidade Absoluta.....	75
1.5.3.4.2.1 Alteração Normativa	75
1.5.3.4.2.2 Menoridade.....	75
1.5.3.4.3 Incapacidade Relativa.....	78
1.5.3.4.3.1 Prodigalidade	80
1.5.3.4.3.2 Causa transitória ou permanente.....	83
1.5.3.4.3.3 Maior de Dezesesseis e Menor de Dezoito Anos	83
1.5.3.4.3.4 Toxicomania.....	83
1.5.3.5 Estatuto da Pessoa com Deficiência	84
1.5.3.6 Interdição	89
1.5.3.6.1 Conceito	89
1.5.3.6.2 Natureza Jurídica	89
1.5.3.6.3 Procedimento	91
1.5.3.6.4 Aspectos Registrais	93
1.5.3.7 Tomada de Decisão Apoiada	95
1.5.3.7.1 Conceito	95
1.5.3.7.2 Natureza Jurídica	96
1.5.3.7.3 Procedimento	96

1.5.3.7.3.1	Introdução	96
1.5.3.7.3.2	Objeto	97
1.5.3.7.3.3	Legitimados	97
1.5.3.7.3.4	Requerimento	97
1.5.3.7.4	Efeitos Registrais	98
1.5.3.7.5	Extinção	99
1.6	Pessoa Natural	99
1.6.1	Conceito	99
1.6.2	Linha do Tempo	100
1.6.2.1	Concepturo	100
1.6.2.2	Nascituro	101
1.6.2.2.1	Conceito	101
1.6.2.2.2	Teorias	102
1.6.2.2.3	Efeitos	104
1.6.2.3	Nascido Vivo	104
1.6.2.4	Óbito Fetal	106
1.6.2.4.1	Conceito	106
1.6.2.4.2	Natimorto	106
1.6.2.4.3	Aborto	107
1.6.2.5	Morte	109
1.6.3	Embriões	110
1.6.3.1	Conceito	110
1.6.3.2	Natureza jurídica	111
1.6.3.3	Tutela	111
1.6.4	Emancipação	113
1.6.4.1	Conceito	113
1.6.4.2	Natureza Jurídica	114
1.6.4.2.1	Introdução	114
1.6.4.2.2	Extinção do Poder Familiar	114
1.6.4.2.3	Capacitação Plena	118
1.6.4.3	Emancipação Legal	118
1.6.4.3.1	Casamento	119
1.6.4.3.2	Exercício de emprego público efetivo	121
1.6.4.3.3	Colaço de grau em curso de ensino superior	122
1.6.4.3.4	Estabelecimento civil ou comercial ou existência de relação de emprego	122
1.6.4.4	Emancipação Voluntária	124
1.6.4.5	Emancipação Judicial	126
1.6.4.6	Aspectos Notariais	128

1.6.4.7 Aspectos Registrais	128
1.6.4.8 Efeitos	129
1.6.5 Índigena	130
1.6.5.1 Conceito.....	130
1.6.5.2 Panorama Histórico.....	131
1.6.5.3 Fundação Nacional do Índio (FUNAI)	138
1.6.5.4 Classificação.....	138
1.6.5.5 Capacidade	139
1.6.5.6 Emancipação	140
1.6.5.7 Aspectos Registrais	142
1.6.5.7.1 Facultatividade do Registro	142
1.6.5.7.2 Competência e Prazo	143
1.6.5.7.3 Assento de Nascimento	143
1.6.5.7.4 Dúvida, Retificações e Averbações	144
1.6.5.7.5 Registro Administrativo	145
1.7 Direitos da Personalidade	145
1.7.1 Visão Constitucional.....	145
1.7.2 Conceito	145
1.7.3 Natureza Jurídica	147
1.7.4 Titularidade	148
1.7.4.1 Pessoas naturais e jurídicas.....	148
1.7.4.2 Titulares próprios e impróprios.....	149
1.7.5 Características.....	150
1.7.6 Objeto	152
1.7.6.1 Introdução.....	152
1.7.6.2 Aspectos Físicos	153
1.7.6.2.1 Tutela do corpo vivo.....	153
1.7.6.2.2 Tutela do corpo morto.....	155
1.7.6.3 Aspectos Intelectuais.....	156
1.7.6.3.1 Introdução	156
1.7.6.3.2 Conceito	157
1.7.6.3.3 Tutela	158
1.7.6.3.4 Aspectos Registrais	161
1.7.6.4 Aspectos Morais.....	163
1.7.6.4.1 Introdução.....	163
1.7.6.4.2 Direito à honra.....	163
1.7.6.4.3 Direito à imagem	163
1.7.6.4.4 Direito à intimidade	164
1.7.6.4.5 Direito ao esquecimento	165

1.8 Individualização da Pessoa Natural	166
1.8.1 Introdução	166
1.8.2 Estado da Pessoa Natural	167
1.8.2.1 Introdução	167
1.8.2.2 Conceito	168
1.8.2.3 Elementos	168
1.8.2.3.1 Estado político	168
1.8.2.3.2 Estado pessoal	170
1.8.2.3.3 Estado familiar	171
1.8.2.4 Características	173
1.8.3 Direito ao Nome	174
1.8.3.1 Introdução	174
1.8.3.2 Histórico	175
1.8.3.3 Regime Jurídico no Brasil	178
1.8.3.4 Conceito	181
1.8.3.5 Bem jurídico	184
1.8.3.5.1 Introdução	184
1.8.3.5.2 Individualização	185
1.8.3.5.3 Identificação	187
1.8.3.6 Natureza Jurídica	188
1.8.3.6.1 Introdução	188
1.8.3.6.2 Teoria dos Direitos Pessoais Absolutos	189
1.8.3.6.3 Teoria Negativista	189
1.8.3.6.4 Direito da Propriedade	189
1.8.3.6.5 Teoria da Propriedade sui generis	190
1.8.3.6.6 Teoria do Monopólio	190
1.8.3.6.7 Teoria da Polícia Civil	190
1.8.3.6.8 Teoria do status familiae	191
1.8.3.6.9 Teoria da Personalidade	191
1.8.3.7 Efeitos	192
1.8.3.8 Características	192
1.8.3.8.1 Inato	192
1.8.3.8.2 Absoluto	193
1.8.3.8.3 Mutabilidade e autopercepção	194
1.8.3.8.4 Intransmissibilidade	197
1.8.3.8.5 Irrenunciabilidade	198
1.8.3.8.6 Imprescritibilidade	198
1.8.3.9 Designativos da Pessoa Natural	199
1.8.3.9.1 Introdução	199

1.8.3.9.2 Nome	200
1.8.3.9.3 Pseudônimo	201
1.8.3.9.3.1 Conceito.....	201
1.8.3.9.3.2 Espécies.....	202
1.8.3.9.3.3 Natureza jurídica.....	204
1.8.3.9.3.4 Características	205
1.8.3.9.3.5 Efeitos jurídico.....	206
1.8.3.9.4 Heterônimo	207
1.8.3.9.5 Apelido ou Alcinha.....	208
1.8.3.9.6 Agnome epíteto	208
1.8.3.9.7 Hipocorístico	208
1.8.3.9.8 Axiônimo.....	208
1.8.3.9.9 Signo Figurativo	209
1.8.3.9.10 Nome vocatório.....	209
1.8.3.10 Composição do Nome.....	210
1.8.3.10.1 Classificação	210
1.8.3.10.1.1 Elementos essenciais	210
1.8.3.10.1.2 Elementos facultativos	210
1.8.3.10.2 Prenome	211
1.8.3.10.3 Sobrenome	213
1.8.3.10.4 Partícula.....	215
1.8.3.10.5 Título	216
1.8.3.10.5.1 Conceito.....	216
1.8.3.10.5.2 Tutela.....	216
1.8.3.10.5.3 Espécies.....	217
1.8.3.10.5.4 Ofício de Nobreza e Fidalguia	218
1.8.3.10.6 Agnome	218
1.8.3.11 Aquisição do Nome.....	219
1.8.3.11.1 Introdução	219
1.8.3.11.2 Efeitos registrais	221
1.8.3.11.3 Causas de Aquisição	222
1.8.3.11.3.1 Por vontade do declarante do nascimento	222
1.8.3.11.3.2 Por vontade do titular.....	224
1.8.3.11.3.3 O nome do natimorto	224
1.8.3.12 Modificação do Nome.....	227
1.8.3.12.1 Princípio da mutabilidade controlada	227
1.8.3.12.2 Oposição fundamentada após o registro.....	228
1.8.3.12.3 Alteração imotivada após a maioridade	229
1.8.3.12.4 Inclusão e exclusão de sobrenomes familiares.....	232
1.8.3.12.5 Erros evidentes	234

1.8.3.12.6	Exposição ao ridículo	235
1.8.3.12.7	Homonímia.....	236
1.8.3.12.8	Adoção	237
1.8.3.12.9	Proteção à testemunha	238
1.8.3.12.10	Naturalização	239
1.8.3.12.11	Casamento.....	240
1.8.3.12.12	União Estável.....	242
1.8.3.12.13	Dissolução da sociedade conjugal.....	244
1.8.3.12.14	Invalidade do casamento.....	247
1.8.3.12.15	Assentos reflexos.....	247
1.8.3.12.16	Reintegração do Nome.....	248
1.8.3.12.17	Família Pluriparental	249
1.8.3.12.18	Pessoa transgênero	251
1.8.3.12.19	Exposto ou abandonado.....	252
1.8.3.12.20	Uso.....	254
1.8.3.13	Uso e Tutela do Nome	255
1.8.3.13.1	Introdução	255
1.8.3.13.2	Direito ao uso do nome	256
1.8.3.13.3	Dever do uso do nome	256
1.8.3.13.4	Nome empresarial	257
1.8.3.13.5	Tutela	258
1.8.4	Domicílio.....	260
1.8.4.1	Conceito.....	260
1.8.4.2	Natureza jurídica.....	261
1.8.4.3	Domicílio da Pessoa Natural	262
1.8.4.3.1	Requisitos	262
1.8.4.3.2	Espécies.....	263
1.8.4.3.2.1	Domicílio único e plúrimo.....	263
1.8.4.3.2.2	Domicílio real e aparente	263
1.8.4.3.2.3	Domicílio voluntário e legal.....	264
1.8.4.3.2.4	Domicílio pessoal e profissional.....	267
1.8.4.4	Domicílio da Pessoa Jurídica.....	268
1.8.4.4.1	Requisitos	268
1.8.4.4.2	Espécies.....	269
1.8.4.5	Constituição de Domicílio	270
1.8.4.6	Mudança de Domicílio	271
1.8.4.7	Perda do domicílio	271
1.8.4.8	Aspectos constitucionais	272
1.8.4.9	Aspectos obrigacionais	272
1.8.4.10	Aspectos sucessórios.....	273

1.8.4.11 Aspectos processuais	274
1.8.4.12 Aspectos registrais	275
1.8.4.13 Aspectos notariais.....	277
2. Teoria Geral do Registro Civil.....	290
2.1 Conceito	290
2.1.1 Introdução	290
2.1.2 Acepções.....	290
2.2 Bem jurídico.....	293
2.2.1 Cidadania	293
2.2.2 Planejamento Público.....	296
2.2.3 Segurança jurídica	298
2.3 Características	298
2.3.1 Introdução	298
2.3.2 Expediente ao Público	299
2.3.2.1 Introdução.....	299
2.3.2.2 Atemporalidade.....	300
2.3.2.3 Ininterruptividade.....	301
2.3.2.4 Horário	302
2.3.2.5 Plantão	302
2.3.3 Acessibilidade	303
2.3.3.1 Conceito.....	303
2.3.3.2 Acessibilidade econômica.....	304
2.3.3.2.1 Gratuidade Plena	304
2.3.3.2.2 Gratuidade Restrita	305
2.3.3.2.3 Compensação pelos Atos Gratuitos	306
2.3.3.3 Acessibilidade física	310
2.3.3.3.1 Localização	310
2.3.3.3.2 Convênios.....	310
2.3.3.4 Acessibilidade e inclusão.....	313
2.3.3.5 Acessibilidade digital (informatização).....	314
2.4 Panorama Histórico	315
2.4.1 Registro civil na Idade Média.....	315
2.4.2 Registro civil na era moderna	316
2.4.3 Registro civil no Brasil	317
2.4.3.1 Introdução.....	317
2.4.3.2 Histórico.....	317

2.5 Regime Jurídico	322
2.6 Princípios	325
2.6.1 Princípio finalísticos	325
2.6.1.1 Princípio da Veracidade ou Fé	325
2.6.1.2 Princípio da Autenticidade.....	327
2.6.1.3 Princípio da Publicidade	328
2.6.1.3.1 Introdução	328
2.6.1.3.2 Conceito	328
2.6.1.3.3 Função	329
2.6.1.3.4 Restrições.....	330
2.6.1.3.5 Espécies.....	331
2.6.2 Princípios funcionais	333
2.6.2.1 Princípio da Legalidade	333
2.6.2.2 Princípio da Independência do Registrador	335
2.6.2.3 Princípio da Instância (Rogação)	336
2.6.2.4 Princípio da Territorialidade.....	337
2.6.2.5 Princípio da Conservação	338
2.6.2.6 Princípio da Continuidade.....	339
2.6.2.7 Princípio da Especialidade	340
2.7 Estrutura do Registro Civil	340
2.7.1 Sujeitos do Registro Civil.....	340
2.7.1.1 O Registrador civil	340
2.7.1.2 Os Prepostos	341
2.7.1.3 O Ministério Público	342
2.7.1.3.1 Papel institucional	342
2.7.1.3.2 Atuação Registral.....	343
2.7.1.4 As Corregedorias.....	347
2.7.2 Objeto do Registro Civil	350
2.7.2.1 Introdução.....	350
2.7.2.2 Natureza jurídica.....	350
2.7.2.3 Atos e fatos registráveis	351
2.7.3 Forma da prática dos atos.....	353
2.7.3.1 Assentos.....	353
2.7.3.2 Averbações	354
2.7.3.3 Anotações.....	357

2.8 Organização administrativa.....	359
2.9 Centralização do Registro Civil	362
2.10 Escrituração	362
2.10.1 Introdução	362
2.10.2 Livros	363
2.10.2.1 Conceito.....	363
2.10.2.2 Espécies	363
2.10.2.3 Conservação	366
2.10.2.4 Aspectos Técnicos	367
2.10.2.4.1 Medidas	367
2.10.2.4.2 Encadernação	367
2.10.2.4.3 Número de folhas.....	368
2.10.2.4.4 Abertura e encerramento	368
2.10.2.4.5 Índice.....	369
2.10.2.4.6 Estrutura	369
2.10.2.5 Formalizações	370
2.10.3 Classificadores	372
2.10.3.1 Conceito	372
2.10.3.2 Natureza Jurídica.....	372
2.10.3.3 Espécies	373
2.10.3.4 Inutilizações	374
2.11 Certidões	375
2.11.1 Conceito	375
2.11.2 Requisitos	376
2.11.3 Espécies	377
2.11.3.1 Certidão em inteiro teor	377
2.11.3.2 Certidão em breve relatório.....	377
2.11.3.3 Certidão por quesitos.....	377
2.11.4 Requerimento	378
2.11.4.1 Legitimados.....	378
2.11.4.2 Forma	379
2.11.4.3 Prioridade.....	380
2.12 Central de Informações do Registro Civil	380
2.12.1 Conceito	380
2.12.2 Histórico	381
2.12.3 Regime Jurídico.....	383
2.12.4 Integrantes	384
2.12.5 Atos praticados.....	385

2.12.6 Operabilidade	386
2.12.7 Consulentes	386
2.12.8 Certidões	387
2.12.9 Outros Efeitos	388
2.13 Proteção de dados pessoais	389
2.13.1 Fundamento constitucional e legal.....	389
2.13.2 Classificação dos dados pessoais	390
2.13.3 Limites à publicidade no Registro Civil.	391
2.13.4 Incidência e reflexos da LGPD no RCPN.....	392
2.13.5 Centrais Eletrônicas do Registro Civil e limites à publicidade digital.....	395
2.14 Prática dos Atos Registrais	396
2.14.1 Livro Protocolo	396
2.14.2 Profilaxia Registral	396
2.14.3 Contagem dos prazos	397
2.14.4 Qualificação Registral	399
2.14.4.1 Conceito.....	399
2.14.4.2 Qualificação positiva	400
2.14.4.3 Qualificação negativa.....	400
2.14.4.4 Nota devolutiva	400
2.14.5 Dúvida registral civil.....	402
2.14.5.1 Conceito.....	402
2.14.5.2 Natureza jurídica	403
2.14.5.3 Objeto	403
2.14.5.4 Procedimento.....	404
2.14.5.5 Efeitos.....	406
2.14.6 Medidas preventivas (Pandemia do COVID-19)	407
3. Nascimento	414
3.1 Noções Introdutórias.....	414
3.1.1 Nascimento	414
3.1.2 Parentesco	417
3.1.2.1 Conceito.....	417
3.1.2.2 Classificação.....	418
3.1.2.2.1 Quanto à origem.....	418
3.1.2.2.2 Quanto ao grau	419
3.1.2.3 Parentesco consanguíneo	419
3.1.2.4 Parentesco civil	420
3.1.2.4.1 Conceito	420
3.1.2.4.2 Parentesco socioafetivo	420

3.1.2.4.2.1	Conceito.....	420
3.1.2.4.2.2	Histórico.....	420
3.1.2.4.2.3	Fundamento	422
3.1.2.4.2.4	Posse do Estado de Filho.....	423
3.1.2.4.2.5	Teoria da Aparência.....	425
3.1.2.4.2.6	Hipóteses.....	426
3.1.2.4.2.7	Efeitos.....	427
3.1.2.4.2.8	Reconhecimento extrajudicial voluntário do parentesco socioafetivo	427
3.1.2.4.2.8.1	Introdução.....	427
3.1.2.4.2.8.2	Serventia e oficial competente.....	430
3.1.2.4.2.8.3	Requisitos subjetivos.....	430
3.1.2.4.2.8.4	Comprovação do vínculo socioafetivo.....	431
3.1.2.4.2.8.5	Consentimento do reconhecendo menor de dezoito anos e anuência dos pais registrai.....	432
3.1.2.4.2.8.6	Procedimento no RCPN.....	433
3.1.2.4.2.8.7	Traslado	434
3.1.2.4.2.8.8	Parecer do Ministério Público.....	434
3.1.2.4.2.8.9	Reconhecimento extrajudicial póstumo da parentalidade socioafetiva.....	435
3.1.2.4.2.8.10	Hipóteses de recusa e de remessa ao juízo competente.....	435
3.1.2.4.2.8.11	Discussão judicial sobre a verdade biológica	436
3.1.2.4.3	Multiparentalidade.....	436
3.1.2.4.4	Inseminação heteróloga	445
3.1.2.4.5	Parentesco por afinidade.....	447
3.1.2.4.6	Parentesco religioso	448
3.1.2.5	Efeitos.....	449
3.1.3	Filiação.....	451
3.1.3.1	Conceito.....	451
3.1.3.2	Espécies.....	451
3.1.3.3	Presunção	452
3.1.3.4	Efeitos.....	453
3.1.3.4.1	Poder familiar	453
3.1.3.4.2	Responsabilidade civil.....	455
3.1.3.4.3	Guarda.....	455
3.2	Registro de Nascimento	457
3.2.1	Introdução	457
3.2.2	Natureza Jurídica	457
3.2.3	Características.....	460
3.2.3.1	Obrigatoriedade	460

3.2.3.1.1	Fundamento	460
3.2.3.1.2	Histórico normativo	460
3.2.3.1.2.1	Âmbito internacional.....	460
3.2.3.1.2.2	Âmbito nacional.....	461
3.2.3.1.3	Instrumento de cidadania	467
3.2.3.1.4	Relevância estatística.....	469
3.2.3.1.5	O fenômeno do sub-registro	471
3.2.3.2	Gratuidade	473
3.2.3.3	Perpetuidade	475
3.2.3.4	Dinamicidade	476
3.2.4	Competência.....	477
3.2.4.1	Regra Geral.....	477
3.2.4.1.1	Introdução	477
3.2.4.1.2	Domicílio dos pais	478
3.2.4.1.3	Local do parto.....	479
3.2.4.2	Regras Especiais	480
3.2.4.2.1	Introdução	480
3.2.4.2.2	Nascimentos ocorridos a bordo de embarcação	480
3.2.4.2.3	Registro fora do prazo	481
3.2.4.2.4	Nascimento seguido de morte.....	482
3.2.4.2.5	Nascimento ocorrido no Distrito Federal.....	483
3.2.4.2.6	Nascimento ocorrido no Exterior.....	483
3.2.4.3	Incompetência	483
3.2.5	Prazos.....	484
3.2.5.1	Prazo ordinário.....	484
3.2.5.2	Locais distantes.....	485
3.2.5.3	Prazo dos genitores.....	486
3.2.5.3.1	Evolução normativa	486
3.2.5.3.1.1	Redação original do art. 52	486
3.2.5.3.1.2	Constituição Federal de 1988.....	489
3.2.5.3.1.3	Lei nº 13.112/2015	491
3.2.5.3.2	Requisitos	494
3.2.5.4	Nascimentos ocorridos a bordo.....	496
3.2.5.5	Registro fora do prazo	496
3.3	Procedimento	496
3.3.1	Introdução	496
3.3.2	Instância.....	497
3.3.2.1	Princípio da Instância	497
3.3.2.2	Declaração de Nascimento	499

3.3.3 Qualificação das Partes.....	500
3.3.3.1 Capacidade	500
3.3.3.2 Legitimidade.....	503
3.3.3.2.1 Introdução	503
3.3.3.2.2 Legitimados ordinários (genitores)	505
3.3.3.2.3 Legitimados extraordinários.....	507
3.3.3.3 Identificação	510
3.3.3.3.1 Identificação da pessoa estrangeira.....	510
3.3.3.3.1.1 Estrangeiro não residente: regra geral	511
3.3.3.3.1.2 Estrangeiro não residente: Mercosul e países limítrofes	512
3.3.3.3.1.3 Estrangeiro residente em geral.....	513
3.3.3.3.1.3.1. Imigrante com visto temporário ou autorização de residência.....	513
3.3.3.3.1.3.2. Refugiados, asilados, apátridas e beneficiados de acolhida humanitária	514
3.3.3.3.1.3.3. Detentores de visto diplomático, oficial ou de cortesia e portadores de passaporte diplomático, oficial ou de serviço que tenham ingressado no país sob acordo de dispensa de visto	516
3.3.3.3.2 Identificação do brasileiro	519
3.3.4 Prova do Nascimento	521
3.3.4.1 Introdução.....	521
3.3.4.2 Declaração de Nascido Vivo	521
3.3.4.2.1 Conceito	521
3.3.4.2.2 Estrutura.....	522
3.3.4.2.3 Características.....	525
3.3.4.2.4 Emissão	526
3.3.4.2.5 Arquivamento.....	528
3.3.4.3 Diligências do Oficial	530
3.3.5 Estabelecimento da filiação	531
3.3.5.1 Estabelecimento da Maternidade	532
3.3.5.2 Estabelecimento da Paternidade.....	533
3.3.5.2.1 Presunção <i>pater is</i>	533
3.3.5.2.1.1 Critério Temporal.....	536
3.3.5.2.1.2 Critério de Biodireito	540
3.3.5.2.1.3 União Estável	544
3.3.5.2.2 Afastamento da presunção	548
3.3.5.2.2.1 Impotência do cônjuge	548
3.3.5.2.2.2 Inseminação artificial heteróloga sem autorização.....	549

3.3.5.2.2.3	Adultério.....	549
3.3.5.2.2.4	Separação de fato.....	553
3.3.6	Reconhecimento de paternidade.....	555
3.3.6.1	Introdução.....	555
3.3.6.2	Reconhecimento extrajudicial espontâneo da paternidade biológica.....	555
3.3.6.3	Indicação de suposto pai e averiguação oficiosa.....	558
3.3.6.3.1	Conceito.....	558
3.3.6.3.2	Natureza jurídica.....	559
3.3.6.3.3	Procedimento.....	559
3.3.7	Escolha do Nome.....	563
3.3.8	Qualificação dos Documentos.....	565
3.3.9	Lavratura do Assento.....	568
3.3.9.1	Elementos que devem constar no assento.....	568
3.3.9.1.1	Data, hora e local do nascimento.....	568
3.3.9.1.2	Sexo do registrando.....	569
3.3.9.1.3	O fato de ser gêmeo, se for o caso.....	570
3.3.9.1.4	Nome e prenome do registrando.....	571
3.3.9.1.5	Ordem de filiação, se gêmeos.....	571
3.3.9.1.6	Dados precisos dos pais.....	572
3.3.9.1.7	Nome e prenome dos avós.....	572
3.3.9.1.8	Dados de duas testemunhas em caso de parto extra-hospitalar.....	573
3.3.9.1.9	Número de identificação da DNV.....	574
3.3.9.1.10	Naturalidade do registrando.....	575
3.3.9.1.10.1	Registro pelos pais biológicos.....	575
3.3.9.1.10.2	Registro por pais adotivos.....	576
3.3.9.2	Elementos que não devem constar do assento.....	578
3.3.9.2.1	Patronímico diverso do familiar.....	578
3.3.9.2.2	Declaração de que a criança nasceu morta.....	578
3.3.9.2.3	Lugar e cartório em que os pais casaram e residência do casal.....	578
3.3.9.2.4	Cor do registrando.....	579
3.3.9.3	Escrituração.....	580
3.3.10	Emissão da Certidão.....	581
3.4	Situações Especiais.....	583
3.4.1	Registro de nascimento fora do prazo.....	583
3.4.1.1	Introdução.....	583
3.4.1.2	Evolução normativa.....	583
3.4.1.3	Competência.....	585
3.4.1.4	Procedimento.....	585
3.4.1.4.1	Introdução.....	585

3.4.1.4.2	Requerimento.....	588
3.4.1.4.2.1	Introdução.....	588
3.4.1.4.2.2	Legitimidade.....	588
3.4.1.4.2.3	Forma.....	590
3.4.1.4.2.4	Elementos.....	591
3.4.1.4.3	Prova do Nascimento.....	593
3.4.1.4.3.1	Documentos.....	593
3.4.1.4.3.2	Entrevista com o registrando.....	595
3.4.1.4.3.3	Entrevista com o declarante.....	595
3.4.1.4.3.4	Entrevista com as testemunhas.....	596
3.4.1.5	Qualificação registral.....	597
3.4.1.5.1	Higidez da Declaração.....	597
3.4.1.5.2	Filiação.....	598
3.4.1.5.3	Lavratura.....	599
3.4.1.6	Duplicidade e cancelamento.....	599
3.4.2	Registro na Maternidade (Unidade Interligada).....	600
3.4.3	Gestação por Substituição.....	603
3.4.4	Assento do indígena.....	605
3.4.5	Assento em navios e aeronaves.....	606
3.4.6	Menor Exposto ou Abandonado.....	607
3.4.7	Adoção.....	608
3.4.8	Registro de filhos de estrangeiros a serviço do seu país.....	609
3.4.9	Registro de filhos de brasileiros nascidos no exterior.....	611
3.4.9.1	Hipóteses.....	611
3.4.9.2	Procedimento.....	612
3.4.9.2.1	Autenticação do assento estrangeiro de nascimento: legalização, apostilamento e tradução.....	613
3.4.9.2.2	Traslado do assento estrangeiro de nascimento.....	614
3.4.9.2.2.1	Modalidades de traslado.....	615
3.4.9.2.2.1.1	Traslado com prévio registro consular.....	616
3.4.9.2.2.1.2	Traslado sem prévio registro consular.....	617
4.	Casamento.....	624
4.1	Aspectos Gerais.....	624
4.1.1	O Casamento segundo as Fontes Romanas.....	624
4.1.2	Conceito de Casamento.....	627
4.1.3	Natureza Jurídica do Casamento.....	629
4.1.4	Família Desmatrimonializada.....	631
4.1.5	Casamento Homoafetivo.....	632
4.1.6	Monogamia e Poligamia.....	634

4.1.6.1	Considerações Gerais.....	634
4.1.6.2	Escritura Pública, Ata Notarial e Poligamia	635
4.2	Capacidade, Impedimentos e Causas Suspensivas.....	639
4.2.1	Introdução	639
4.2.2	Capacidade para o Matrimônio.....	639
4.2.2.1	Capacidade ou Aptidão: precisão de conceitos	639
4.2.2.2	Requisitos e revogação da autorização dos responsáveis.....	640
4.2.2.3	Suprimento Judicial do Consentimento	641
4.2.2.4	Suprimento da Idade	642
4.2.2.5	Estatuto da Pessoa com Deficiência	644
4.2.3	Impedimentos	645
4.2.3.1	Conceito.....	645
4.2.3.2	Causas de Impedimento	646
4.2.3.2.1	Impedimento em razão de parentesco	646
4.2.3.2.2	Impedimento em razão de vínculo matrimonial preexistente.....	648
4.2.3.2.3	Impedimento do casamento do cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio de seu consorte	649
4.2.4	Causas Suspensivas do Casamento	650
4.2.4.1	Viúvo ou viúva com filho do cônjuge falecido, enquanto não houver inventário e partilha dos bens do casal.....	650
4.2.4.2	Viúva ou mulher cujo casamento foi anulado, pelo prazo de dez meses a contar da morte do cônjuge ou da anulação.....	651
4.2.4.3	Divorciado, enquanto não houver a partilha dos bens do casal.....	652
4.2.4.4	Tutor ou curador, seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos com o tutelado ou curatelado	652
4.3	Validade do Casamento.....	652
4.3.1	Causas de Nulidade do Casamento	652
4.3.2	Causas de Anulabilidade do Casamento.....	654
4.3.2.1	Conceito.....	654
4.3.2.2	Espécies.....	655
4.3.2.2.1	Vícios atinentes à capacidade nupcial.....	655
4.3.2.2.2	Vícios atinentes à vontade.....	657
4.3.2.2.2.1	Erro essencial quanto à pessoa.....	657
4.3.2.2.2.1.1	Erro quanto à identidade, honra e boa fama do cônjuge.....	659
4.3.2.2.2.1.2	Ignorância de crime anterior	660
4.3.2.2.2.1.3	Ignorância de defeito físico irremediável, doença mental grave e as mudanças promovidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência	660

4.3.2.2.2	Coação.....	661
4.3.2.2.3	Vício atinente ao mandato revogado, não sobrevivendo coabitação 662	
4.3.2.2.4	Vício atinente à incompetência da autoridade celebrante.....	663
4.3.3	Casamento Putativo.....	664
4.3.4	Casamento Aparente.....	664
4.4	Aspectos Registrais do Casamento.....	665
4.4.1	Processo de Habilitação.....	665
4.4.1.1	Conceito.....	665
4.4.1.2	Procedimento.....	665
4.4.1.2.1	Pedido dos Nubentes – Princípio da Rogação.....	665
4.4.1.2.2	Local da Habilitação.....	666
4.4.1.2.3	Forma do requerimento.....	666
4.4.1.2.4	Procuração.....	667
4.4.1.2.5	Documentos Necessários.....	668
4.4.1.2.5.1	Certidão de nascimento ou documento equivalente.....	668
4.4.1.2.5.2	Autorização por escrito dos representantes legais ou ato judicial que a supra.....	670
4.4.1.2.5.3	Declaração de duas testemunhas.....	670
4.4.1.2.5.4	Declaração do estado civil, do domicílio e da residência atual dos contraentes e de seus pais, se forem conhecidos.....	671
4.4.1.2.5.5	Certidão de óbito do cônjuge falecido, de sentença declaratória de nulidade ou de anulação de casamento, transitada em julgado, ou do registro da sentença de divórcio.....	672
4.4.1.2.6	Questão da Gratuidade.....	673
4.4.1.2.7	Estrangeiros e Surdos-Mudos.....	674
4.4.1.2.8	O Deficiente no Processo de Habilitação.....	674
4.4.1.2.9	Protocolo e autuação.....	675
4.4.1.2.10	Proclamas e editais.....	676
4.4.1.2.11	Qualificação registral.....	679
4.4.1.2.11.1	Orientação do registrador.....	679
4.4.1.2.11.2	Escolha de regime e pacto.....	681
4.4.1.2.11.2.1	Noções gerais.....	681
4.4.1.2.11.2.2	Comunhão Parcial de Bens.....	684
4.4.1.2.11.2.3	Comunhão universal de bens.....	684
4.4.1.2.11.2.4	Participação no saldo final dos aquestos.....	686
4.4.1.2.11.2.5	Separação absoluta de bens.....	687
4.4.1.2.11.2.6	Separação obrigatória de bens.....	688
4.4.1.2.12	Nome.....	691
4.4.1.2.13	Vista ao Ministério Público.....	693

4.4.1.2.14 Certidão de habilitação	694
4.4.1.3 Incidentes na Habilitação	696
4.4.1.3.1 Oposição	696
4.4.1.3.2 Oposição de Impedimento.....	696
4.4.1.3.3 Oposição de Causa Suspensiva	699
4.4.1.3.4 Dispensa dos Proclamas.....	700
4.4.1.3.5 Justificação.....	701
4.4.2 Celebração do Casamento	701
4.4.2.1 Procedimento.....	701
4.4.2.1.1 Fase preliminar	701
4.4.2.1.2 Celebração.....	704
4.4.2.1.3 Registro	705
4.4.2.1.4 O problema da morte durante a celebração do casamento	706
4.4.2.2 Espécies de Casamento.....	707
4.4.2.2.1 Casamento religioso com efeito civil	707
4.4.2.2.2 Moléstia Grave.....	710
4.4.2.2.3 Nuncupativo	712
4.5 Conversão de união estável em casamento	715
5. Óbito.....	728
5.1 Noções gerais.....	728
5.1.1 Introdução	728
5.1.2 Conceito	728
5.1.3 Natureza Jurídica	731
5.1.4 Classificação	732
5.1.5 Comoriência	735
5.1.6 Efeitos	736
5.2 Registro do óbito	739
5.2.1 Introdução	739
5.2.2 Competência.....	740
5.2.3 Prazo	741
5.2.4 Declarantes.....	742
5.2.5 Prova do Óbito.....	748
5.2.5.1 Introdução.....	748
5.2.5.2 Declaração de óbito (DO)	748
5.2.5.2.1 Conceito	748
5.2.5.2.2 Emissão	749
5.2.5.2.3 Destinação.....	752
5.2.5.2.4 Elementos.....	753

5.2.5.3 Necropsia.....	756
5.2.5.3.1 Serviço de verificação de óbito (SVO)	757
5.2.5.3.2 Instituto Médico Legal (IML)	760
5.2.5.4 Prova testemunhal	761
5.2.6 Elementos do assento.....	762
5.2.6.1 Introdução.....	762
5.2.6.2 Elementos referentes ao óbito	763
5.2.6.3 Elementos de qualificação do falecido	764
5.2.7 Certidão de Óbito	765
5.3 Procedimentos funerários.....	766
5.3.1 Introdução	766
5.3.2 Inumação e Exumação de cadáver	769
5.3.3 Cremação de cadáver	770
5.3.4 Serviço funerário Municipal	771
5.4 Situações especiais	773
5.4.1 Utilização do cadáver para estudos e pesquisas	773
5.4.2 Óbitos a bordo de navios e aeronaves	775
5.4.3 Óbitos em campanha	775
5.4.4 Desaparecidos políticos	776
5.4.5 Natimorto	776
5.4.6 Retificação do assento de óbito e outras averbações	777
5.5 Comunicações.....	778
6. Demais atos do registro civil (Livro “E”).....	786
6.1 Conceito	786
6.2 Características do livro	787
6.2.1 Operabilidade	787
6.2.2 Unitariedade	787
6.2.3 Subsidiariedade.....	788
6.2.4 Transitoriedade.....	788
6.2.5 Exemplificatividade.....	788
6.3 Finalidade	789
6.4 Atos realizados no Brasil	790
6.4.1 Emancipação.....	790
6.4.2 Interdição.....	795
6.4.2.1 Conceito.....	795
6.4.2.2 Estatuto da pessoa com deficiência.....	797
6.4.2.3 Procedimento.....	799

6.4.2.3.1	Introdução	799
6.4.2.3.2	Disposições vigentes no Código Civil	799
6.4.2.3.3	Legitimados ativos	800
6.4.2.3.4	Procedimento	800
6.4.2.3.5	Título para o registro.....	800
6.4.2.4	Natureza da sentença	801
6.4.2.5	Efeitos registrais	802
6.4.3	Morte presumida	804
6.4.3.1	Introdução.....	804
6.4.3.2	Conceito.....	804
6.4.3.3	Natureza jurídica.....	805
6.4.3.4	Espécies.....	805
6.4.3.4.1	Com prévia decretação de ausência	805
6.4.3.4.1.1	Conceituação e natureza jurídica	805
6.4.3.4.1.2	Primeira fase: curadoria dos bens do ausente	806
6.4.3.4.1.3	Segunda fase: sucessão provisória.....	807
6.4.3.4.1.4	Terceira fase: sucessão definitiva	808
6.4.3.4.1.5	Escrituração da sentença de abertura de sucessão definitiva	809
6.4.3.4.2	Sem prévia decretação de ausência.....	811
6.4.3.4.2.1	Hipóteses.....	811
6.4.3.4.2.2	Procedimento judicial.....	812
6.4.3.4.2.2.1	Presunção de morte sem ausência vs. justificção de óbito	813
6.4.3.5	Efeitos registrais.....	814
6.4.4	Tutela	816
6.4.5	Dissolução e restabelecimento da sociedade conjugal	817
6.4.6	União Estável.....	818
6.4.7	Opção de nacionalidade	822
6.5	Atos realizados no exterior	825
6.5.1	Disposições gerais	825
6.5.2	Resolução nº 155/2012 do CNJ	826
6.5.3	Traslado de nascimento	828
6.5.3.1	Alterações das regras de atribuição de nacionalidade originária: a ECR nº 3/1994 e a EC nº 54/2007	829
6.5.3.2	O traslado de registro de nascimento estrangeiro.....	830
6.5.3.2.1	Com prévio registro consular.....	830
6.5.3.2.2	Sem prévio registro consular	830
6.5.3.3	Situação dos nascidos no exterior na vigência da ECR nº 3/1994.....	831
6.5.3.4	Registro de nascimento de filhos de pais estrangeiros a serviço do seu	

país.....	832
6.5.3.5 Ausência de informações essenciais no registro estrangeiro de nascimento	832
6.5.4 Traslado de casamento.....	832
6.5.5 Traslado de óbito	835
7. Atos modificativos	842
7.1 Introdução	842
7.2 Averbações	842
7.2.1 Noções gerais.....	842
7.2.1.1 Conceito.....	842
7.2.1.2 Natureza jurídica.....	844
7.2.1.3 Princípios	844
7.2.1.3.1 Princípio da mutabilidade do assento.....	844
7.2.1.3.2 Princípio da veracidade.....	844
7.2.1.3.3 Princípio da continuidade	845
7.2.1.4 Características	846
7.2.1.4.1 Caráter exemplificativo	846
7.2.1.4.2 Fiscalização.....	846
7.2.1.4.3 Lançamento marginal	847
7.2.1.4.4 Completude	848
7.2.1.4.5 Qualificação registral	848
7.2.1.4.6 Originalidade	849
7.2.1.4.7 Publicidade.....	849
7.2.1.4.8 Tempestividade.....	849
7.2.2 Averbações no assento de nascimento	850
7.2.2.1 Introdução.....	850
7.2.2.2 Alterações do sobrenome por subsequente matrimônio	850
7.2.2.3 Reconhecimento de filho	852
7.2.2.3.1 Noções gerais.....	852
7.2.2.3.2 Reconhecimento administrativo	853
7.2.2.3.2.1 Introdução	853
7.2.2.3.2.2 Reconhecimento Espontâneo	854
7.2.2.3.2.3 Averiguação oficiosa	857
7.2.2.3.2.4 Impugnação do Reconhecimento.....	860
7.2.2.3.3 Tutela jurisdicional	861
7.2.2.3.3.1 Introdução	861
7.2.2.3.3.2 Ação de Investigação de Parentalidade.....	862
7.2.2.3.3.3 Ação Negatória de Paternidade	865

7.2.2.3.4	Ação declaratória da ascendência genética	867
7.2.2.4	Tutela	867
7.2.2.5	Suspensão ou Perda do Poder Familiar	869
7.2.2.6	Guarda e Responsabilidade do Menor	869
7.2.2.7	Adoção	870
7.2.2.8	Perda da nacionalidade por comunicação do Ministério da Justiça.....	872
7.2.2.9	Alteração de sexo	873
7.2.3	Averbações no assento de casamento	874
7.2.3.1	Introdução.....	874
7.2.3.2	Separação, Divórcio e Restabelecimento da Sociedade Conjugal	875
7.2.3.3	Nulidade e Anulação de Casamento.....	877
7.2.3.4	Divórcio efetuado no Estrangeiro.....	878
7.2.3.5	Alteração do Regime de Bens.....	880
7.2.3.6	Alteração do Sobrenome.....	881
7.2.4	Averbações no assento de óbito	882
7.2.5	Averbações no Livro “E”	882
7.2.5.1	Introdução.....	882
7.2.5.2	Averbações no Registro de Interdição	882
7.2.5.3	Averbações na Ausência	883
7.2.5.4	Averbações na União Estável.....	883
7.2.5.5	Averbações nas Transcrições de Assentos de Nascimento, Casamento e Óbito lavrado no exterior	884
7.3	Retificações.....	885
7.3.1	Conceito	885
7.3.2	Natureza jurídica	888
7.3.3	Retificação administrativa	888
7.3.4	Retificação judicial.....	890
7.4	Restaurações	891
7.5	Suprimentos	892
7.6	Cancelamentos	893
7.6.1	Conceito	893
7.6.2	Hipóteses	894
8.	Anotações e Autenticações	900
8.1	Anotações	900
8.1.1	Conceito	900
8.1.2	Natureza jurídica	901
8.1.3	Princípios.....	902
8.1.3.1	Introdução.....	902

8.1.3.2 Princípio da continuidade	902
8.1.3.3 Princípio da mutabilidade do assento	902
8.1.4 Características.....	903
8.1.5 Anotações no assento de nascimento	903
8.1.6 Anotações no assento de casamento	904
8.1.7 Anotações no Livro "E"	904
8.2 Autenticação de livros comerciais.....	905